



FACULDADE UNIÃO DE GOYAZES
CURSO DE NUTRIÇÃO

ANA CARLA TORQUATO RODRIGUES
CLEUNICY OLIVEIRA RIOS
DÉBORA LAYLA RODRIGUES DA SILVA

CARACTERIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR EM UMA ESCOLA PÚBLICA
DO MUNICÍPIO DE ANICUNS-GO

ORIENTADORA: PROF. MA. INGRYD GARCIA DE OLIVEIRA

TRINDADE- GO
2018

FACULDADE UNIÃO DE GOYAZES
CURSO DE NUTRIÇÃO

**CARACTERIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR EM UMA ESCOLA
PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ANICUNS-GO**

Ana Carla Torquato Rodrigues
Cleuncy Oliveira Rios
Débora Layla Rodrigues da Silva

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Faculdade União de
Goyazes para obtenção de título de
graduação em Nutrição.

Orientadora: Prof. Ma. Ingryd Garcia de Oliveira

TRINDADE- GO

2018

Ana Carla Torquato Rodrigues
Cleunicy Oliveira Rios
Débora Layla Rodrigues da Silva

**CARACTERIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR EM UMA ESCOLA
PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ANICUNS-GO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade União de
Goyazes como requisito à obtenção do
título de Bacharel em Nutrição, aprovada
pela seguinte banca examinadora:

Prof. Orientadora: Ma. Ingryd Garcia de Oliveira
Faculdade União de Goyazes

Prof. Interno: Ma. Bibiana Arantes Moraes
Faculdade União de Goyazes

Prof. Externo: Esp. Ma. Ariandeny Silva de Souza Furtado

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, pela força e coragem que me concedeu durante toda esta longa caminhada.

Aos meus pais, Odilon Bispo (*in memoria*) e Udenilia Torquato pelo amor incondicional.

A meu namorado, Alexandre da Silva, por ter paciência e sabedoria.

À minha orientadora, Ingryd Garcia de Oliveira, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, por suas orientações e incentivos.

Às minhas amigas de TCC e companheiras de trabalho, Cleunicy Oliveira Rios Débora e Layla Rodrigues da Silva, que fizeram parte de nossa formação e que irão continuar presentes em nossas vidas, com certeza.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

Ana Carla Torquato Rodrigues

Agradeço, primeiramente, a Deus, que me deu forças e me conduziu para a conclusão deste trabalho.

Às minhas filhas, Caroline Lopes e Thallyta Lopes, por todo amor e incentivo a cada obstáculo vencido.

À minha orientadora, Ingryd Garcia de Oliveira, pela orientação, confiança e apoio para a realização deste trabalho.

Às minhas amigas e companheiras de TCC, Ana Carla Torquato Rodrigues e Débora Layla Rodrigues da Silva, por estarmos juntos caminhada.

A todos que de alguma forma contribuíram em minha formação, o meu muito obrigado.

Cleunicy Oliveira Rios

Minha gratidão em primeiro lugar a Deus, por ter me sustentado e guiado até o final desta jornada.

À Faculdade União de Goyazes pela bolsa que tive o prazer de ser contemplada, conquistando o primeiro lugar no vestibular promovido através do Projeto Cidadão.

Aos meus pais, Adriana Borges e Jaime Rodrigues, que nunca mediram esforços para me ajudar em tudo que precisei; pelo apoio moral, emocional e financeiro; por me incentivarem a não desistir de lutar pelo sonho em me tornar nutricionista; e pelo amor que sempre me dedicaram, sempre me fortalecendo.

Ao meu esposo, Jesayas dos Reis, por estar ao meu lado e sonhar comigo, e meu filho, Kaleb Henrick, que se tornou nos últimos três semestres o maior motivo pelo qual me mantive firme em chegar ao final do curso. Por ele cheguei e encerrei mais um ciclo de minha vida, com muito orgulho, cercada de amor e fortalecida com todo aprendizado adquirido.

Aos meus sogros Dulcilene Lina e Sebastião Reis pelo tão grande apoio, incentivo e pelos cuidados ao meu pequeno para que eu pudesse chegar ao final deste curso e realizar meu sonho. Vocês são verdadeiros anjos em minha vida.

À minha orientadora, Ingrid Garcia de Oliveira, por todo suporte durante a condução deste trabalho, nos auxiliando, apoiando e encorajando desde a escolha de nosso tema.

A todos os familiares e amigos que estiveram sempre ao meu lado em todas as lutas travadas para chegar até aqui. Hoje posso dizer que sou uma nova mulher e com muito mais amor à vida, ao próximo e à minha profissão.

Débora Layla Rodrigues da Silva

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	7
2 - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	8
2.1 A educação alimentar nas escolas públicas	8
3 - OBJETIVOS	11
3.1 Objetivo Geral	11
3.2 Objetivos Específicos	11
4 - METODOLOGIA	11
4.1 Tipos de pesquisa	11
4.2 População	11
4.3 Variáveis	12
4.4 Coleta de dados	12
4.5 Análise dos resultados	12
4.6 Aspectos éticos	12
5 - RESULTADOS	13
6 - DISCUSSÃO	26
7 – CONCLUSÃO	33
8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
9 – REFERÊNCIAS	36
ANEXO	40
APÊNDICE	42

CARACTERIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ANICUNS-GO

Ana Carla Torquato Rodrigues¹
Cleunicy Oliveira Rios¹
Débora Layla Rodrigues da Silva¹
Ingryd Garcia de Oliveira²

RESUMO

Este estudo teve como objetivo descrever e analisar a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no ambiente escolar. Foi realizado estudo descritivo, com abordagem qualitativa. Participaram da pesquisa cinco professores, duas merendeiras, uma nutricionista e a diretora da instituição, os quais responderam a um questionário semiestruturado. Após coleta das informações, os dados foram transcritos e em seguida submetidos à Análise de Conteúdo. Os resultados obtidos demonstraram que a compreensão de professores, merendeiras, diretora e nutricionista sobre a EAN foi considerada favorável, visto que eles demonstraram noções básicas sobre a EAN. Os principais métodos detectados para promoção da EAN na escola foram palestras sobre alimentação, uso de vídeos, cartazes, além da execução de projetos como a horta escolar e pequeno empreendedor. Um diferencial observado na escola, foi que a nutricionista do Pnae é responsável pela escola conseguiu criar uma portaria específica na legislação municipal a qual proíbe que os alunos tragam determinados alimentos de casa (balinhas e chocolate, por exemplo). Dentre as principais dificuldades observadas para a execução da EAN na escola, foi relatada a falta de controle sobre os alimentos inadequados que os alunos trazem de casa devido aos comportamentos dos pais. Os achados desta pesquisa sugerem que nas instituições públicas, para a ocorrência da execução fidedigna das práticas de EAN, são necessárias medidas de trabalho em equipe (nutricionistas, professores, merendeiras, faxineiras, etc.). Além disso, é imprescindível que as práticas de EAN sejam mais bem trabalhadas com os pais e/ou responsáveis pelo aluno a fim de que haja extensão da promoção da saúde no ambiente familiar do aluno.

PALAVRAS-CHAVE: Alimentação escolar. Educação alimentar. Promoção da saúde.

¹ Acadêmicas do Curso de Nutrição da Faculdade União de Goyazes

² Orientadora: Prof. Me. do curso de Nutrição da Faculdade União de Goyazes

CHARACTERIZATION OF FOOD EDUCATION IN A PUBLIC SCHOOL OF THE ANICUNS-GO MUNICIPALITY

ABSTRACT

This study aimed to describe and analyze Food and Nutrition Education (EAN) in the school environment. A descriptive study was carried out with a qualitative approach. Five professors, two lunch recipients, a nutritionist and the director of the institution participated in the study, who answered a semi-structured questionnaire. After collecting the information, the data were transcribed and then submitted to Content Analysis. The results obtained showed that the understanding of teachers, lunch recipients, director and nutritionist about EAN was considered favorable, since they demonstrated the basics of EAN. The main methods detected for the promotion of EAN at school were lectures on food, use of videos, posters, besides the execution of projects such as school garden and small entrepreneur. A differential observed in school was that the nutritionist of the PNAE and responsible for the school succeeded in creating a specific in municipal legislation which prohibits pupils from bring certain foods out of home (candy and chocolate, for example). Among the main difficulties observed for the implementation of EAN at school, was reported the lack of control over the inadequate food that students bring from home due to the parents' behavior. The findings of this research suggest that in public institutions, for the occurrence of reliable implementation of EAN practices, teamwork measures are necessary (nutritionists, teachers, lunch boxes, cleaning women, etc.). In addition, it is imperative that EAN practices are best worked out with parents and / or guardians in order to extend the promotion of health in the student's family environment.

Keywords: School feeding. Nutrition education. Health promotion.

1- INTRODUÇÃO

A educação alimentar e nutricional é de grande importância no contexto da promoção da saúde e da alimentação saudável, e é vista como uma estratégia fundamental para o enfrentamento dos novos desafios nos campos da saúde, alimentação e nutrição (OCHSENHOFER et al., 2006).

Nesse sentido, diversos espaços tem se constituído enquanto ambientes promotores da alimentação saudável e adequada, dentre estes as escolas. Tendo um papel fundamental na formação do sujeito, torna-se essencial a implantação de estratégias que promovam hábitos alimentares saudáveis no espaço escolar,

assumindo-se ainda a necessidade de envolvimento dos atores da comunidade escolar em tais ações (OCHSENHOFER et al., 2006).

A construção de ambientes promotores da alimentação saudável está pautada na realização de práticas contínuas e permanentes no campo da Educação Alimentar e Nutricional (EAN), sendo esta promovida de forma autônoma e voluntária entre os sujeitos envolvidos (BRASIL, 2012).

A realização da EAN busca ainda a efetivação de políticas promotoras do Direito Humano à Alimentação Saudável e Adequada (DHAA) e da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) com abordagens que perpassam desde aspectos do alimento e do ato de comer, à processos produtivos e de abastecimento (sistemas alimentares) (BRASIL, 2012).

Essas ações, além de conscientizar sobre os hábitos alimentares saudáveis, promovem uma melhor qualidade de vida, habilitando o público alvo a uma nova conduta, favorecendo sua saúde individual, de sua família e da comunidade onde se encontra inserido (DAVANÇO, TADDEI e GAGLIANONE, 2004).

Sabe-se que os hábitos alimentares são fatores determinantes para a saúde de um indivíduo, ou para o aumento de doenças crônicas. Assim, acredita-se que a escola, como um ambiente de aprendizagem, possa ser também um local de oportunidades para aprender sobre hábitos alimentares saudáveis (BRASIL, 2012).

Diante disso, a presente pesquisa procura caracterizar a EAN no ambiente escolar, evidenciando a necessidade da sua promoção em tal espaço, uma vez que a formação de hábitos saudáveis desde os primeiros anos de vida, podem significar benefícios futuros à saúde das crianças.

2- REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 - A educação alimentar nas escolas públicas

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no período de 1940 a 1960, era segundo Boog (1997), ligada às campanhas de inserção de novos alimentos e às práticas educativas que sustentaram as políticas de alimentação e nutrição desse período.

Desse modo, tanto Valente (1986), quanto Lima (2000), ressaltam que o desenvolvimento de instrumentos apropriados, que informassem o carente (pobre) a

comer, com o intuito de retificar hábitos errados nessas pessoas foi uma prioridade que distinguia uma compreensão de educação situada na mudança da conduta alimentar.

Para Boog (1997), a EAN, a partir de 1970, cedeu espaço para o binômio alimentação-renda, consequência dos redirecionamentos das políticas de alimentação e nutrição delineadas no país, as quais, a partir de então, se regulavam no reconhecimento da renda como obstáculo principal para se conseguir uma alimentação saudável.

É necessário observar que apesar da pouca referência sobre a estrutura teórico-metodológica da EAN, esta é assinalada como instrumento fundamental de estratégia no campo das políticas públicas. A partir dessa conjuntura, a importância da EAN está inserida nos programas oficiais brasileiros bem como, a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) criada no final do ano de 1990, que através de suas diretrizes informam o Governo Federal de sua coexistência e à população, do direito à qualidade e a segurança dos alimentos, gerando a promoção, prevenção e controle dos distúrbios nutricionais (SANTOS, 2012; PNAN, 2012).

Quanto à educação alimentar e nutricional e o ambiente escolar, sabe-se que este pode ser entendido por um local complexo e social que atinge de maneira significativa todos os indivíduos pertencentes, inclusive os escolares, que por meio de ações e práticas visam o conhecimento, aprendizagem, formação de atitudes e valores que dentre muitas combinações educativas está inserida a promoção da saúde (ASSIS et al., 2010).

Nesse sentido, a escola é vista como um espaço adequado para se desenvolver ações de EAN, promovendo uma qualidade de vida e melhor rendimento escolar (RAMOS; SANTOS; REIS, 2013). A promoção da saúde deve ser inserida desde a infância permanecendo até a fase adulta de maneira gradativa para que a formação de hábitos alimentares saudáveis seja adquirida por comportamentos autônomos e consciente por suas escolhas desde pequenos (BERTINI et al, 2010).

Partindo desse cenário, o consumo alimentar adequado necessita de cuidado desde a infância, para que as preferências em relação à alimentação não se tornem um consumo excessivo por alimentos inadequados que venham a promover o desenvolvimento da obesidade infantil (BISSOLI; LANZILLOTTI, 1997).

Convém destacar que o contexto escolar não é limitado ao aluno, mas abrange toda a comunidade escolar (profissionais que atuam neste espaço) e familiares dos alunos, entre os quais se torna importante potencializar a educação nutricional como método para ações de alimentação saudável (RAMOS; SANTOS; REIS, 2013).

Oliveira e Oliveira (2008) destacam que a EAN desempenha uma função estratégica para o alcance da segurança alimentar e nutricional em todas as suas grandezas, observando desde a produção até o consumo dos alimentos, analisando aspectos éticos, culturais, socioeconômicos e regionais, entre outros, propiciar de hábitos alimentares apropriados e saudáveis.

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), aprovada em 1999, visa o empenho do Ministério da Saúde contra as enfermidades relacionados à escassez alimentar e à pobreza, principalmente a desnutrição infantil e materna (BRASIL, 2003).

A PNAN é considerada importante em relação à prioridade política governamental para o combate à fome. Essa política propõe sete diretrizes programáticas desta Política que têm como fio condutor o Direito Humano à Alimentação e a Segurança Alimentar e Nutricional. Uma destas sete diretrizes é: “Promoção de práticas alimentares e estilos de vida saudáveis” (BRASIL, 2003, p. 24).

Além disso, a PNAN indica o uso do espaço escolar como ambiente para a educação nutricional e promoção da alimentação saudável de crianças e jovens, bem como a inclusão do tema alimentação e nutrição no conteúdo programático nos diferentes níveis de ensino, visando a formação de hábitos alimentares saudáveis (BRASIL, 2003).

As diretrizes da PNAN sugerem a implantação de ações educativas, como por exemplo, o desenvolvimento de um programa contínuo de promoção de hábitos alimentares saudáveis e a inclusão do tema alimentação saudável no projeto político pedagógico da escola, perpassando todas as áreas de estudo e proporcionando experiências no dia-a-dia das atividades escolares (BRASIL, 2006).

A EAN, possui um papel fundamental para a promoção da saúde das crianças em fase escolar, assim, tem sido inserida como estratégia em programas e políticas na escola - por exemplo os “Dez Passos para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas”, com o objetivo de promover a adesão da comunidade escolar a hábitos alimentares saudáveis e atitudes de autocuidado e promoção da saúde.

Considerando que as características dos estilos de vida atuais influenciam, de forma significativa, o hábito alimentar, com a oferta ampla de opções de alimentos pouco saudáveis, cujo consumo é incentivado por meio de forte apelo midiático, convém problematizar as possibilidades de desenvolvimento da autonomia dos sujeitos na realização de suas escolhas alimentares, que são mediadas por esses fatores (BRASIL, 2012).

3 - OBJETIVOS

3.1 - Objetivo Geral

Descrever e analisar a EAN no ambiente escolar.

3.2 - Objetivos Específicos

- Investigar a compreensão da diretora, nutricionista, professores e merendeiras sobre a EAN;
- Identificar a existência e aplicação de métodos que promovam a EAN no ambiente escolar;
- Detectar a realização de atividades de EAN;

4 - METODOLOGIA

4.1 - Tipo de pesquisa

Foi realizado estudo descritivo, com abordagem qualitativa.

4.2 – População

A pesquisa foi conduzida em uma escola municipal do município de Anicuns, Goiás. Participaram da pesquisa cinco professores, duas merendeiras, uma nutricionista e a diretora da instituição.

A cidade de Anicuns distante 78 Km de Goiânia, com 21 mil 746 habitantes, conforme o ultimo Censo do IBGE (2017), Anicuns teve inicio no século XVIII, no ano de 1749, quando o bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva Filho, o

“Anhanguera”, estabeleceu um ponto de apoio de tropeiros e boiadeiros que passavam em direção à cidade de Goiás.

4.3 - Variáveis levantadas

As pesquisadoras buscaram compreender se havia intervenção pedagógica relacionada à EAN, quais intervenções eram realizadas e como eram trabalhadas com os alunos na instituição pesquisada; além de observar se as práticas educativas desenvolvidas promoviam a alimentação saudável e adequada entre a comunidade escolar.

4.4 - Coleta de dados

Para auxiliar no levantamento das informações foi utilizado como instrumento de coleta de dados um roteiro semiestruturado (Apêndice A) para a realização de entrevistas individuais. O instrumento foi utilizado em visita na escola, visando discernir a percepção dos entrevistados em relação a temática abordada. A duração média das entrevistas foi de 30 minutos. Para posterior análise as entrevistas foram gravadas sob consentimento dos participantes da pesquisa.

4.5 - Análise dos resultados

Após coleta das informações nas escolas, os dados gravados foram transcritos e em seguida analisados. Como técnica de análise optou-se pela Análise de Conteúdo, tendo por vistas a melhor compreensão dos aspectos e significados que envolvem a EAN, na percepção dos atores sociais da escola campo de pesquisa do presente estudo (CÂMARA, 2013).

4.6 - Aspectos éticos

Este estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de União de Goyazes – FUG de Trindade/GO, pelo número de protocolo 05/2018-1. O termo de consentimento livre e esclarecido se encontrar no Anexo B.

Antecipadamente à efetivação das entrevistas foi realizada a leitura dos questionários e distribuição. Os participantes foram informados sobre a proposta do estudo, sendo-lhes garantida a possibilidade de desistência, bem como o anonimato. Essa informação foi realizada verbalmente, na escola estudada, antes da entrevista,

na presença das pesquisadoras e das entrevistadas, sendo feita a leitura dos termos da pesquisa e de seus objetivos.

5 - RESULTADOS

Com base nas respostas do questionário aplicado á diretora da escola (Tabela 1), foi observado que a mesma apresenta um conhecimento adequado com base em seu entendimento sobre o que é a EAN, afirmando que se trata de uma alimentação balanceada e adequada, não apenas adquirida consoante uma consulta com um profissional nutricionista, mas também trabalhada nos lares do indivíduo.

Durante a entrevista, foi observado que a diretora considera que a inserção de profissionais nutricionistas no âmbito escolar favoreceu de forma significativa a educação alimentar da escola a qual dirige, através da elaboração de cardápios mais variados e nutritivos. Além disso, o projeto de Horta na escola tem se mostrado importante para favorecer a EAN. Para a diretora, uma observação interessante deste projeto de horta é que os pais dos alunos apontaram que algumas crianças passaram a fazer ingestão de verdura em casa, por exemplo.

Segundo a diretora, os projetos pedagógicos da escola relacionados à EAN se baseiam principalmente na condução da Horta escolar e no projeto Pequeno Empreendedor, onde os alunos são incentivados a participarem de forma direta do plantio de alimentos saudáveis, como hortaliças, além de elaborarem receitas com maior teor nutricional.

Dentre as principais dificuldades no desenvolvimento destes projetos pedagógicos, a diretora considerou que a falta de recurso financeiro é o fator primordial, e muitas vezes, ela solicita ajuda na prefeitura e Secretaria de Educação para dar seguimento aos projetos de EAN.

A avaliação da diretora sobre a educação alimentar nutricional da escola em que dirige foi considerada muito positiva, porém ela ressaltou que há uma dificuldade no desenvolvimento de um trabalho de educação alimentar com os pais dos alunos, os quais oferecem alimentos inadequados aos filhos.

Tabela 1. Resumo das respostas às questões do questionário aplicado a diretora da escola.

Questões	Respostas
O que você entende por EAN?	“Para mim vejo como uma alimentação balanceada e adequada, não apenas adquirida consoante uma consulta com um profissional nutricionista, mas trabalhada em nossas casas. Eu, por exemplo, em minha casa reduzo as massas e frituras, e tento adequar um cardápio colorido com frutas e verduras para meus filhos e eu, a fim de melhorar nosso organismo”.
Como você vê a EAN dentro da escola?	“Dentro da escola nós temos um ponto positivo que ocorreu mediante a colocação de nutricionistas para fazer o acompanhamento da educação alimentar na escola, porque antes tínhamos certa mesmice no cardápio o qual era baseado em macarrão e arroz, por exemplo, o que não era adequado para as crianças. Atualmente, nossos lanches são balanceados e adequados, apresentando variedade de alimentos. A alimentação da escola consiste em: colocação, desjejum, almoço e lanche da tarde. Além de tudo isso, temos o projeto Horta o qual permite uma complementação no cardápio da escola. Obtivemos com isso, relatos de pais que apontaram que seus filhos não comem verdura em casa, agora comem na escola. Somado a isso, visto que temos alunos com baixa condição econômica os quais não se alimentam bem em casa, a escola propicia uma melhor alimentação a estes alunos.”
A escola desenvolve alguma ação pedagógica que esteja relacionada à EAN? Qual?	“Sim. Trabalhamos com o projeto Horta, onde os alunos participam diretamente da plantação de hortaliças, como o brócolis, por exemplo, e assim eles obtêm maiores informações sobre os benefícios deste tipo de alimento. Algumas crianças têm expandido o trabalho de plantação de hortas em suas casas devido a este projeto realizado aqui na escola, onde incentivamos os alunos a se alimentarem adequadamente e a observarem a função de cada alimento. Além disso, temos o projeto Pequeno Empreendedor que permite ao aluno criar receitas com variedades de cor, as quais apresentam maior teor nutricional, como bolo de cenoura,”
Você tem observado dificuldades no desenvolvimento destes projetos pedagógicos relacionados à EAN?	“Às vezes nós temos dificuldades sim, em virtude da falta de recurso financeiro; até agora a pouco nos foi repassado alguns itens para desenvolver o projeto, mas estamos agilizando para adquirir a verba. Procuramos ajuda na prefeitura e Secretaria de Educação, e sempre que possível somos auxiliados por eles.”

Como você avalia a Educação alimentar nutricional na sua escola?

“Eu avalio como muito positivo e importante em todo o ambiente. Nós vemos os frutos que temos colhido com base nas ações que temos desenvolvido. Nas escolas de tempo integral, como é nosso caso, temos tempo suficiente para executar nossas ações pedagógicas de educação alimentar e assim considero positivo.”

Existe algo que você considera importante para contribuir na EAN de sua escola?

“A maior dificuldade que observo está no desenvolvimento de um trabalho de educação alimentar feito com os pais dos alunos, pois aqui na escola nós fazemos nosso papel. Porém em casa, os pais não desenvolvem este mesmo trabalho. Deste modo, nós costumamos falar com os pais em reuniões, em palestras, contudo eles não têm uma cultura voltada para a importância de uma alimentação saudável. Nós percebemos na escola a resistência de muitos pais, onde muitos deles afirmam que seus filhos não comem verdura e assim eles oferecem alimentos inadequados aos filhos, como bolacha recheada e refrigerante. A ausência de tempo suficiente e de recursos para trabalharmos com os pais consiste nos desafios que temos para levar à família do aluno melhorias na alimentação.”

Existe alguma consideração que você queira fazer a respeito deste assunto?

“De fato está nas dificuldades em manter uma alimentação saudável do aluno em seu lar. Reconhecemos aqui na escola que existe uma dificuldade sobre isso a qual está relacionada com a condição financeira dos alunos. Quanto maior a carência financeira, maior será a carência de conhecimentos sobre doenças, nutrição adequada. Acredito que falta sugestão até mesmo do prefeito da cidade de Anicuns para incentivar palestras aos cidadãos sobre esse assunto. É importante um incentivo contínuo da alimentação saudável, além de criar estratégias para elaborar modos de preparos de legumes”.

A aplicação do questionário aplicado às duas merendeiras da escola permitiu observar que ambas apresentam visões diferentes relativas ao que seria uma EAN; variando entre uma alimentação balanceada e bem elaborada, guiada por um nutricionista e realizada de três em três horas e algo essencial, baseado na ingestão de alimentos corretos.

Uma das merendeiras negou em se ver como uma educadora alimentar, considerando que sua atuação é apenas de preparar os alimentos e o papel da educação alimentar está atribuído, especialmente, para os coordenadores e nutricionistas. Porém, a outra merendeira afirmou que se vê dentro do papel de educadora alimentar, em virtude de orientações que lhe são repassadas quanto ao recolhimento de alimentos que são proibidos na escola, por exemplo.

Ambas merendeiras afirmaram que a escola propicia ações de informação sobre a EAN voltadas à suas áreas de atuação. Estas ações consistem, principalmente, em desafios entre as escolas que visam a perda de peso entre alunos, por exemplo, além de palestras e cursos anuais dirigidos por nutricionistas.

Além disso, as merendeiras também afirmaram que têm conseguido promover a alimentação saudável na escola, uma vez que os cardápios por elas elaborados são baseados nas instruções recebidas por nutricionistas, onde são oferecidas frutas, verduras e legumes, além de preparações variadas nas refeições dos alunos. O detalhamento das respostas obtidas no questionário aplicado às merendeiras encontra-se descrito na Tabela 2.

Tabela 2. Resumo das respostas às questões do questionário aplicado às merendeiras da escola.

Questões	Merendeira 1	Merendeira 2
O que você entende por EAN?	“Para mim é uma alimentação balanceada, regida por um nutricionista, com cardápio elaborado, realizada de três em três horas.”	“Acho que é algo essencial e se baseia em comer as coisas corretas”.
Você se vê como uma educadora alimentar na escola? Por quê?	“Eu acho que não. Porque eu sou apenas merendeira, então acredito que minha parte eu faço, porém a educação alimentar acredito que está mais voltada para os coordenadores e nutricionista”.	“Vejo sim, pois às vezes existem coisas que os alunos não podem comer e nós não preparamos no cardápio. Quando há, por exemplos, alimentos que não permitidos ao aluno ingerir e ele traz para a escola, nós guardamos na geladeira”.
Na escola existem ações de informação sobre a EAN voltadas à sua área de atuação?	“Sim. Eles fazem de vez em quando. Já houve, por exemplo, um desafio entre as escolas para perda de peso, tudo voltado para a alimentação.”	“Sim. Todos os anos temos palestras, tais como higiene alimentar e como manipular os alimentos”. Nós também fazemos cursos, cerca de duas vezes ao ano, e as nutricionistas vêm até a escola para nos trazer instruções.”
Você tem conseguido promover a alimentação saudável no ambiente escolar?	“Sim. Nós fazemos os alimentos saudáveis e os alunos têm ingerido. Ofertamos frutas e verduras, por exemplo, o que contribui para a alimentação saudável na escola”.	“Tenho. Conforme as orientações das nutricionistas, temos preparado o cardápio dos alunos. Fazemos inclusão de verduras, legumes e frutas; também fazemos suco, adicionamos limão nas saladas e verdura no arroz”.

Fonte: Acervo das autoras.

Nas respostas do questionário aplicado à nutricionista do Pnae, responsável pela gestão da alimentação escolar no município de Anicuns, (Tabela 3), observou-se que seu papel na EAN no âmbito de atuação escolar é amplo, vai além do estado de saúde do indivíduo, uma vez que o nutricionista deve observar como o alimento ofertado ao aluno tem influenciado nos resultados do aprendizado e educação do aluno.

Os trabalhos de EAN supervisionados pela nutricionista consistem em projetos relativos à capacitação de merendeiras, auxiliares de cozinha e funcionárias de serviços gerais, ocorridos no início de cada ano. Além disso, ela atua em programas da Secretaria de Saúde focados na antropometria dos alunos. Outros trabalhos incluem a participação em algumas aulas com os professores para explicar alguns conteúdos de nutrição aos alunos. A nutricionista afirmou também que apesar de trabalhar na esfera municipal, ela atua em parceria com professores de escolas estaduais, prestando auxílio quanto à EAN.

Quanto à programação semanal ou mensal do cardápio escolar, foi verificado que o preparo visa atender a necessidade nutricional no ambiente escolar e nas escolas estaduais há certo cuidado quanto a oferta das refeições, uma vez que elas devem ser servidas conforme a legislação vigente.

A nutricionista ressaltou que no início de sua atuação no ambiente escolar, muitos alunos traziam lanches de casa e que outras pessoas vendiam lanches na porta das escolas, contudo, ela em associação com outras nutricionistas, conseguiram implantar uma portaria na legislação educacional do município de Anicuns que proíbe atualmente a venda de lanches na porta e dentro das escolas, além da proibição de alguns itens que os alunos anteriormente traziam de casa.

A questão financeira foi apontada pela nutricionista com o principal fator que, muitas vezes, impede a oferta de um cardápio de qualidade aos alunos. Além disso, no município, para que um cardápio diferenciado, como salada de frutas, seja desenvolvido é necessário um processo licitatório para aquisição dos materiais necessários. Assim, para promover a EAN na escola, com base na oferta de cardápios que caibam no orçamento do governo municipal, ela também tem ministrado aulas com uso de slides, as quais consistem em uma didática menos dispendiosa.

Tabela 3. Resumo das respostas às questões do questionário aplicado à nutricionista.

Questões	Respostas
Qual o papel da nutricionista na EAN no âmbito de atuação escolar?	“Hoje vejo que este papel vai além de uma questão de saúde, como o estado nutricional, a quantidade de calorias, carboidratos, macro e micro nutrientes, abrangendo, portanto, a educação. Pois o nutricionista deve observar como o alimento ofertado ao aluno tem influenciado nos resultados do aprendizado e educação do aluno. Temos casos, por exemplo, de alunos que por não estarem comendo corretamente em casa e na escola, estavam eventualmente com dificuldades para se concentrarem nos estudos, e após o trabalho das nutricionistas junto às merendeiras e auxiliares de cozinha para incentivar o aluno a comer, houve melhoras significativas.”
Na escola são trabalhados projetos de EAN supervisionados por você enquanto profissional capacitado (a)?	“Os trabalhos de EAN desenvolvidos nas escolas são os mesmos, em virtude do fluxo variável de alunos nas escolas e atualmente os projetos desenvolvidos têm sido a capacitação de merendeiras e auxiliares de cozinha no início de cada ano, abrangendo também as funcionárias de serviços gerais que cuidam da limpeza das escolas. Também realizamos em parceria com a Secretaria de Saúde, a antropometria dos alunos. Temos alguns programas da Secretaria de Saúde que requerem o auxílio de nutricionistas do Pnae também focados na antropometria. Então, entre o meio e final do ano nós conseguimos realizar a antropometria de grande parte dos alunos das escolas. Também, baseado no material escolar do aluno (Positivo), somos muitas vezes chamadas para participar de algumas aulas com os professores para explicar alguns conteúdos de nutrição aos alunos. Trabalhamos muito com a pirâmide alimentar, feita aqui em material de isopor, para alunos mais jovens. Para os mais velhos utilizamos slides para ministrar palestras junto com a secretaria de saúde, onde trabalhamos em especial com os alunos que na avaliação antropométrica apresentaram índice de obesidade e tentamos trabalhar de forma separada com eles, observando o tipo de lanche que eles consomem, a quantidade ingerida, se trazem o lanche de casa ou não, e dependendo da situação nós chamamos os pais e conversamos com eles juntamente com os diretores a fim de orientá-los quanto a EAN.”
Você como nutricionista, tem trabalhado em parceria com os professores e merendeiras sobre a importância da EAN na escola?	“Sim. Eles possuem liberdade conosco, nutricionistas, e auxiliamos tanto eles quanto professores de escolas estaduais.”

A alimentação escolar tem sido programada através de cardápio semanal/ ou mensal, e tem atendido às necessidades nutricionais no ambiente escolar?

“Sim. Nós temos bastante cuidado em atender a necessidade nutricional no ambiente escolar. Nas escolas estaduais temos orientado sobre a oferta de todas as refeições que devem ser servidas, conforme a legislação vigente. Temos um cuidado especial nos casos de macro nutrientes porque na prática observamos que não temos acesso a todos os detalhes.”

Existe alguma consideração que você queira fazer a respeito deste assunto?

“Sim. Aqui na cidade observamos no início de nosso trabalho que muitos alunos traziam lanches de casa e que outras pessoas vendiam lanches na porta das escolas. Então nós conseguimos implantar uma portaria na legislação educacional de nosso município que proibia a venda de lanche na porta e dentro das escolas, além da proibição de alguns itens que os alunos traziam de casa. Reconhecemos que não temos um controle total destas proibições, porém houve uma redução significativa nas escolas quanto a presença de alimentos inadequados consumidos pelos alunos. Além disso, nós trabalhamos com os alunos em relação as explicações relativas ao porquê de certos alimentos terem sido proibidos nas escolas; também participamos com os pais dos alunos em reuniões no início de cada ano para explicar esta questão.”

Existe alguma dificuldade que você considera relevante para contribuir na EAN de sua escola?

“Sim. A dificuldade existe em especial pela questão financeira. Para fazemos um cardápio de qualidade precisamos de material; algumas vezes conseguimos nas creches a produção de salada de frutas juntamente com os alunos, por exemplo. Contudo, para isso é necessário uma verba suficiente. No município, para desenvolver esse tipo de cardápio é necessário um processo licitatório para obtenção de todo material. Portanto, nem todos os cardápios que pensamos em desenvolver acabam sendo executados. Atualmente, o que é possível executar na educação alimentar sem gastar muito dinheiro é possível de ser aplicado nas escolas. Um exemplo que temos utilizado são as aulas com uso de slides, pois elas consistem em uma didática menos dispendiosa.”

Fonte: Acervo das autoras.

As respostas obtidas através dos questionários aplicados a cinco professores da escola se encontram detalhadas na Tabela 4. Com base nas respostas adquiridas, foi observado que os professores possuem diferentes entendimentos sobre a EAN. Para alguns professores a visão se baseia em uma forma do indivíduo se alimentar bem; para outros seria uma preocupação com a saúde das crianças, resumida ao que elas podem ou não comer, além de uma alimentação saudável e equilibrada.

Dentre as principais metodologias de ensino relativas a EAN exercidas pelos professores, foi observado o uso da pirâmide alimentar, palestras, vídeos, incentivo a prática de educação física, orientação nutricional, aulas sobre as plantas aromáticas, temperos naturais e sabores e cores.

Todos os professores alegaram que na escola em que trabalham não observam dificuldades para desenvolver as práticas de EAN. Contudo, dois professores afirmaram que uma dificuldade por eles detectada consiste na continuação da alimentação adequada no lar dos alunos, visto que muitas vezes, por exemplo, alguns alunos trazem escondidos de casa alimentos que são proibidos na escola, como balinha e chocolate. Outros três professores, afirmaram que a dificuldade na aquisição de verba para desenvolver estas práticas de EAN tem inibido a elaboração de cardápios mais saudáveis na escola.

Ao questionar sobre como os professores avaliam a EAN da escola em que atuam, quatro professores avaliaram como boa e um como muito boa. Contudo, os professores fizeram diferentes justificativas. Dentre elas está a presença de nutricionistas que elaboram o cardápio da escola, onde sempre que possível são servidos alimentos adequados aos alunos, o que favorece o desenvolvimento da EAN na escola.

Outro professor afirmou que não concorda determinadas ofertas de alimentos, como a repetição de arroz aos alunos do período vespertino e a oferta de margarina no café da manhã dos alunos. Para o professor 4, apesar da EAN da escola ser boa, as vezes ele percebe que nem todos os alunos aceitam determinados lanches, como aqueles que incluem verduras; o professor acredita que esta situação provavelmente vem de algum costume do aluno em sua casa, onde o mesmo não é adequadamente ensinado a comer bem.

Tabela 4. Resumo das respostas às questões do questionário aplicado aos professores da escola.

Questões	Respostas similares ou mais próximas	Respostas com explicações ou justificativas diferentes
O que você entende por EAN?	• Professor 1: “É uma forma de ensinar as pessoas a se alimentarem bem.” • Professor 5: “Eu entendo que é você está se alimentando bem, buscando na alimentação os nutrientes que serão bons para seu organismo, dando uma vida saudável.”	• Professor 2: “Eu vejo, segundo meu conhecimento, que é uma preocupação com a saúde das crianças, onde está voltada basicamente ao que elas podem ou não comer.” • Professor 3: “Ela (a EAN) envolve a questão da alimentação; da saúde; a relação dos nutrientes contidos nos alimentos; e ajuda os alunos a se alimentarem corretamente, não comendo exageradamente.” • Professor 4:” Entendo pouca coisa. Acho que é uma alimentação equilibrada e saudável.
Quais são as práticas de educação alimentar nutricional exercidas?		• Professor 1: “Eu apresento a pirâmide alimentar, fazemos piquenique para incentivar os alunos sobre quais itens são bons para a alimentação, palestras e vídeos.” • Professor 2: “Tenho exemplos práticos, como de um aluno “gordinho” que ficava retraído em sala de aula devido a seu peso. Com isso, fiz um pequeno projeto com aulas de educação física e auxílio nutricional com base no que as nutricionistas falaram, assim ele aprendeu a ter uma alimentação mais adequada para assim ajudar no controle de seu peso.” • Professor 3: “Esse ano ainda não desenvolvi com os alunos nenhuma prática. Mas no ano passado sim, através da horta escolar. Temos desenvolvido na escola aulas sobre as plantas aromáticas (1º ano), temperos naturais (2º ano) e sabores e cores (5º ano).”

Há algum conteúdo/ disciplina trabalhado (a) em sala de aula relacionados à educação alimentar? Como esses conteúdos são abordados em sala de aula?

- Professor 1: Sim. “Pelo uso de vídeos, cartazes, palestras.”
- Professor 2: Sim. “São entrevistas entre os alunos e familiares, vídeos e filme.”
- Professor 5: Sim. “São áudios, vídeos e a própria experiência da criança através de relatos sobre o que ela tem ingerido.”

- Professor 4: “Eu trabalho falando de alimentos saudáveis e não saudáveis; cito sobre alimentos industrializados e naturais.”
- Professor 5: “Tenho orientado os alunos a respeito da ingestão de determinados alimentos, como doces. Também, na escola costumamos trabalhar com receitas para os alunos a fim de instruí-los melhor sobre a questão da alimentação saudável.

- Professor 3: Sim. “Através do uso de livros para aulas teóricas e pelo uso de receitas em aulas práticas. Nas aulas práticas os alunos desenvolvem receitas com alimentos saudáveis e mais baratos, posteriormente, levam o alimento produzido para alunos, professores e outros funcionários da escola experimentarem.”
- Professor 4: Sim. “Temos na escola o trabalho com a Horta, onde ensinamos ao aluno sobre como ocorre o plantio e colheita dos alimentos naturais, além do tipo de adubo utilizado. Também trago os rótulos de alimentos industrializados para expor aos alunos o conteúdo deles.”

Você encontra alguma dificuldade para desenvolver as práticas de EAN? Qual (is)?

- Professores 2 e 4: “Não na escola. Em sala de aula tenho conseguido desenvolver bem essas práticas. Porém, temos uma dificuldade relacionada com a educação alimentar voltada para os pais dos alunos. Muitas vezes, por exemplo, visto que dentro da escola é proibido o consumo de balinhas e chocolate, às vezes ocorre dos alunos trazerem estes itens de casa de forma escondida.”

- Professor 1: “Não. Os alunos tem uma aceitação boa.”

- “Sim. Porque apesar de trabalharmos sobre alimentação saudável na escola, nós vemos que fora dela não há uma continuação dessa alimentação. Deste modo, temos tentando conscientizar os pais dos alunos sobre os alimentos industrializados, por exemplo.”
- Professores 3 e 5: “Não com os alunos. Nossa dificuldade na escola é a questão financeira, pois para desenvolver algumas aulas de educação alimentar é preciso ter verba. Uma alternativa é que temos a horta e assim alguns itens não precisam ser comprados; na horta só compramos as sementes ou elas são doadas pelos pais dos alunos.”
- “Sim. Talvez a dificuldade seja a aquisição do que faz bem para a saúde, pois muitas vezes é preciso ter um determinado alimento, porém devido à quantidade necessária, não é possível adquiri-lo por verba insuficiente.”

Como você avalia a EAN na sua escola? Justifique com base em seu ponto de vista.

- Professor 1: “Boa. Temos nutricionistas que fazem o cardápio da escola, onde na medida do possível são servidos alimentos bons aos alunos. Apesar de não termos verba suficiente oriunda do governo, os alimentos servidos são bons. Além disso, com o auxílio das nutricionistas, eu e os alunos temos melhor aprendizado sobre quais alimentos, por exemplo, são impedidos de serem trazidos na escola; as consequências do excesso de doce na alimentação; a importância de ingerir frutas, suco, água, etc.; onde eles têm levado este conhecimento para a casa.”
 - Professor 2: “Boa. Porém, eu não concordo com algumas questões como a oferta de arroz aos alunos no período vespertino. Pois a criança almoça arroz e a tarde ela come novamente este item; em tempo de calor, às vezes, é ofertado caldo de feijão; então, as vezes, observo essas situações com as quais eu discordo. Já na colação, acho melhor e os alunos gostam bastante. Nela são ofertadas frutas como laranja, maçã. No café da manhã só não concordo com a oferta de margarina.”
 - Professor 4: “Boa. Porém, as vezes percebo que falta algo, pois muitas vezes nem todos os alunos
-

- Professor 3: “Boa. Temos o acompanhamento das nutricionistas e boa participação dos professores, o que tem sido bom para o desenvolvimento da EAN na escola.”
aceitam os lanches com verduras que a escola oferta, preferindo apenas o arroz, feijão e carne. Mas, acredito que isto venha de casa, onde eles não bem ensinados sobre como comer bem.”
- Professor 5: “Muito boa. O lanche em si da escola é bom, mas poderia ser melhor. Devido à ausência de verba suficiente, não podemos ofertar um cardápio melhor aos alunos.”

Fonte: Acervo das autoras.

6 - DISCUSSÃO

Atualmente no Brasil, os ministérios da Saúde e da Educação estão encarregados de garantir a implantação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição e da Política Nacional de Promoção de Saúde no ambiente escolar, juntamente com as diretrizes de cumprimento do PNAE. Além disso, a lei nº 13.666/2018 estabelece a inserção da EAN no sistema de ensino e aprendizado que percorre o currículo escolar, interpelando conteúdos de alimentação e nutrição e o crescimento de ações saudáveis de vida (CERVATO-MANCUSO et al., 2013; BRASIL, 2018).

De acordo com Ramos, Santos e Reis (2013) a EAN representa uma tática de alimentação e nutrição recomendada por políticas públicas, a fim de promover práticas alimentares saudáveis.

O documento “Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas”, estabelecido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil aponta ainda que as estratégias da EAN necessitam utilizar métodos de recursos educacionais aprofundados que visem criar um diálogo entre os profissionais (professores, nutricionistas, por exemplo) com os grupos populacionais (BRASIL, 2012).

Desta forma, a EAN tem se expandido no campo prático profissional. Como observado neste estudo, a diretora da escola, bem como os demais profissionais (nutricionista, merendeiras e professores) apresentam uma preocupação quanto a importância em se estabelecer a EAN no ambiente escolar.

No geral, todos os profissionais entrevistados consideraram a EAN como um tipo de alimentação balanceada e adequada a qual se baseia na ingestão de alimentos saudáveis e nutritivos; onde o alimento foi representado como o símbolo de uma alimentação saudável. Para a nutricionista entrevistada, a EAN ultrapassa o estado de saúde e nutricional, abrangendo a observação de como o alimento ofertado ao aluno pode influenciar em seus resultados de aprendizado e educação.

Uma pesquisa entre professores de instituições de educação infantil de um município de São Paulo também constatou que percepção dos professores sobre o que é uma alimentação saudável se baseou principalmente na ideia da oferta de alimentos essenciais às crianças (arroz, feijão, carnes, verduras, legumes e frutas) (ASSAO; CERVATO-MANCUSO, 2008).

A descrição da alimentação saudável segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira (2014) é entendida como aquela que fornece água, carboidratos, proteínas, lipídios, vitaminas, fibras e minerais, elementos estes que são únicos e imprescindíveis para o adequado funcionamento do organismo. Todavia, o mesmo Guia afirma que a alimentação saudável também “envolve uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais do indivíduo e que deve estar em acordo com as necessidades alimentares especiais”.

Em relação ao profissional nutricionista, a lei nº11.947/2009 estabelece que este profissional é o responsável técnico pelo PNAE, cabendo ao mesmo a obrigatoriedade de estar ligado ao setor de alimentação da entidade executora e registrado no FNDE (BRASIL, 2009). Segundo o artigo 12 da lei nº11.947 de 2009, cabe ao nutricionista que trabalha na alimentação escolar elaborar cardápios:

“(...) com utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região, na alimentação saudável e adequada” (BRASIL, 2009).

A Resolução/CD/FNDE nº 38 de 2009 estabelece ainda em seu artigo 14, inciso 1º que:

“Compete ao nutricionista responsável-técnico pelo PNAE, e aos demais nutricionistas lotados no setor de alimentação escolar, coordenar o diagnóstico e o monitoramento do estado nutricional dos estudantes, planejar o cardápio da alimentação escolar de acordo com a cultura alimentar, o perfil epidemiológico da população atendida e a vocação agrícola da região, acompanhando desde a aquisição dos gêneros alimentícios até a produção e distribuição da alimentação, bem como propor e realizar ações de educação alimentar e nutricional nas escolas” (BRASIL, 2009).

Ramos, Santos e Reis (2013) relatam que mesmo diante a importância da EAN, existem poucas publicações científicas no Brasil sobre este assunto. Os autores afirmam que, no geral, as práticas de EAN no país têm favorecido o conhecimento dos indivíduos em relação aos nutrientes e tipos de alimentação. Contudo, os estudos que investigam a antropometria de escolares, por exemplo, não têm detectado alterações significativas no estado nutricional.

Os achados do presente estudo através das afirmações da diretora e professores da escola abordada permitem inferir que as práticas da EAN também devem abranger o ambiente familiar do aluno. Exemplos claros foram destacados

neste estudo através de afirmações de que pais dos alunos oferecem alimentos inadequados aos filhos, reduzindo a eficácia da execução da EAN.

Em um estudo realizado em escolas municipais e estaduais de Guarulhos, SP, também foi observado que os hábitos alimentares dos alunos são, muitas vezes, prejudicados pelos próprios pais cuja mudança de hábito alimentar foi considerada de maior dificuldade em comparação com as crianças (CERVATO-MANCUSO et al., 2013).

De acordo com as diretrizes do PNAE, é imprescindível que o nutricionista responsável pelo desenvolvimento do programa em uma determinada localidade realize o atendimento individual aos pais e alunos, a fim de orientá-los quanto à alimentação não apenas do aluno, mas da família (BRASIL, 2008). Neste estudo, a nutricionista afirmou exercer orientações de forma separada com os pais e alunos, em relação ao tipo e quantidade de lanche trazido de casa que o aluno consome e dependendo da situação, os diretores também participam dessas orientações com os pais para que a EAN seja promovida.

Na entrevista com a diretora da escola, foi observado que os projetos pedagógicos da escola de EAN compreendem a Horta escolar e o projeto Pequeno Empreendedor, onde os alunos participam diretamente da plantação de alimentos saudáveis e elaboram receitas de maior teor nutricional.

Gentil & Souza (2010), afirmam que o cultivo de hortaliças no ambiente escolar contribui na formação de hábitos alimentares saudáveis de alunos, suas famílias e da comunidade, uma vez que a escola representa um ambiente social, onde inúmeras pessoas convivem, aprendem e trabalham. Para Magalhães (2003) a horta escolar visa em especial estimular os alunos a possuírem uma alimentação saudável por meio do consumo de hortaliças, frutas e legumes.

Além de ser um recurso para promover a alimentação saudável, a implementação de hortas pode alterar o hábito alimentar dos alunos e assim reduzir os fatores de risco para doenças como hipertensão, diabetes e obesidade. Além disso, ela promove a sociabilidade, permite resgatar e construir vínculos de cuidado próprio, com o próximo e com o meio ambiente (COELHO & BÓGUS, 2016).

Quanto aos professores entrevistados nesta pesquisa, todos afirmaram dispor de metodologias de ensino que abordam à promoção da EAN. Houve, por exemplo, relatos sobre o uso da pirâmide alimentar, palestras, vídeos, incentivo a prática de

educação física, orientação nutricional, aulas sobre as plantas aromáticas, temperos naturais e sabores e cores.

Para Santos (2012), as estratégias educativas baseadas em métodos expositivos (cartazes e vídeos, por exemplo), além de palestras, são alternativas clássicas que tendem a simplificar o diálogo em relação ao tema estabelecido. Contudo, para o autor, os métodos de ensino baseados em recomendações dietéticas, como oficinas culinárias e hortas, por exemplo, podem ser mais eficientes na promoção da EAN. Deste modo, nota-se que os métodos estabelecidos pelos professores englobam tanto as alternativas clássicas quanto as recomendações dietéticas.

Entretanto, dentre as principais dificuldades no desenvolvimento destes projetos pedagógicos, a diretora, a nutricionista e três professores entrevistados, apontaram que a falta de recurso financeiro é considerada como a maior limitação no desenvolvimento da EAN na escola. Segundo um dos professores entrevistados, o projeto de horta na escola consiste, inclusive, em uma alternativa que visa reduzir os gastos para a aquisição de alguns alimentos.

A diretora afirmou que solicita auxílio na prefeitura e Secretaria de Educação para executar os projetos de EAN. A nutricionista afirmou que nestas ocasiões, ela realiza um processo licitatório para aquisição dos materiais e alimentos necessários, ressaltado ainda que apesar disso, a licitação deve “caber” no orçamento do governo municipal.

Outros estudos relataram, todavia que os repasse e utilização dos recursos financeiros destinados ao PNAE em escolas públicas de diferentes estados brasileiros foram considerados satisfatórios (MACHADO et al., 2013; PEIXINHO, 2013; GABRIEL et al., 2014; GABRIEL; GOULART; CALVO, 2015).

De acordo com as diretrizes do PNAE, o custeio da execução deste programa ocorre de forma suplementar pelo FNDE. Desta forma, os estados e municípios brasileiros devem contabilizar seus próprios recursos financeiros juntamente com os recursos do FNDE a fim de garantir a alimentação dos escolares. Esta medida é assim estabelecida, afim de que as responsabilidades dos estados e municípios quanto à oferta da merenda escolar sejam cumpridas (BRASIL, 2008).

O FNDE se responsabiliza pelo custeio e gerenciamento do PNAE em todo território nacional, através de uma transferência automática da verba em contas bancárias distintas de órgãos (secretarias de educação dos estados, prefeituras

municipais) e instituições de ensino (creches, pré-escolas e escolas federais da educação fundamental), abertas pelo FNDE. A Medida Provisória nº 2.178 de 2001 estabelece que na execução do PNAE, as escolas, por exemplo, são obrigadas a aplicar 70% da verba transferida pelo governo federal em sua conta do PNAE, a fim de adquirir produtos básicos (BRASIL, 2008).

Pedraza et al. (2018) afirma, todavia, em seu recente que de modo geral, ainda que o repasse de verba às escolas seja suficiente, existem divergências relacionadas ao exercício do PNAE, segundo a legislação do programa (PEDRAZA et al., 2018). Corroborando com este autor, um estudo anterior envolvendo a participação de 77 nutricionistas de municípios de Minas Gerais e Espírito Santo, detectou o descumprimento pela maioria destes profissionais quanto suas inúmeras atribuições essenciais ao PNAE, previstas em Lei. Dentre elas estava a ausência de uma análise da composição nutricional de cardápios escolares, elaboração de fichas técnicas de preparo, bem como a condução do teste de aceitabilidade (SOUZA et al., 2017).

No presente estudo, apesar das dificuldades financeiras relatadas, a nutricionista afirmou que a elaboração do cardápio tem atendido às necessidades nutricionais do ambiente escolar.

Além das dificuldades financeiras detectadas para promoção da EAN na escola, a diretora entrevistada nesta pesquisa afirmou que a manutenção de uma alimentação saudável do ambiente familiar do aluno também está associada às condições socioeconômicas dos alunos.

Segundo um estudo realizado com 77 pais de crianças matriculadas em uma creche de Belo Horizonte, MG, todos os responsáveis entrevistados demonstraram ter conhecimento sobre o que é uma alimentação saudável, entretanto, os eles afirmaram que seus hábitos alimentares inadequados e de seus filhos eram decorrentes da baixa condição socioeconômica em que estavam inseridos e pela indisponibilidade de tempo para preparar alimentos saudáveis (BENTO; ESTEVES; FRANÇA, 2015).

A visão geral sobre a execução da EAN na escola por parte da diretora e professores foi considerada boa, em especial pela presença de nutricionistas que elaboram o cardápio da escola, além de fornecerem acompanhamento aos professores, merendeiras, alunos e pais.

Um professor salientou, todavia, que discorda da oferta repetida de certos alimentos na escola, como o arroz, em períodos específicos do dia (vespertino), além da oferta de margarina durante o café da manhã da escola. Apesar deste estudo não ter verificado tipos e quantidades de alimentos ofertados aos alunos, é importante salientar que no Brasil, o café da manhã de crianças e adolescentes, por exemplo, é composto, principalmente, pelo café com leite e pão com margarina; ou, em casos de uma composição mais variada, é comum a presença de leite, café, pães, biscoitos, frutas e margarina (TRANCOSO; CAVALLI; PROENÇA, 2010).

O Guia Alimentar para a população Brasileira recomenda que as três principais refeições diárias, café da manhã, almoço e jantar, devem se aproximar do atendimento das porções diárias recomendadas. O café da manhã, por exemplo, deve garantir cerca de 25% do total energético consumido ao longo do dia (BRASIL, 2014). Diante disso, é possível que a visão do professor entrevistado neste estudo denote sua ideia de que os alunos estejam consumindo alimentos com alta densidade energética (arroz e margarina).

Além disso, outro professor ressaltou que apesar das práticas de EANs serem boas na escola, nem todos os alunos aceitam os lanches ofertados (verduras, por exemplo), optando apenas pelo consumo de arroz, feijão e carne.

No estudo de Cervato-Mancuso et al. (2013), também foi observado através de relatos de coordenadores pedagógicos e os diretores das escolas municipais de Guarulhos, SP, que alguns alunos não realizavam em hipótese alguma a ingestão de determinados alimentos (não citados pelos autores), em virtude do pouco contato com tais alimentos no ambiente familiar.

Em geral, algumas situações como o baixo costume na ingestão de um determinado tipo de alimento, pode ser influenciar a aceitabilidade dos cardápios pelo aluno (ROSSI; MOREIRA; RAUEN, 2008). O PNAE ressalta que o percentual de aceitação dos cardápios entre os escolares precisa ser maior que 85% e cabe ao nutricionista aplicar o teste de aceitabilidade na escola, a fim de evitar, inclusive, o desperdício de alimentos (BRASIL, 2017).

Segundo os achados de Mota, Mastroeni e Mastroeni (2013), o principal fator relacionado ao não consumo das refeições oferecidas em uma escola municipal de Canoinhas, SC, era o fato de que os alunos traziam lanches de casa. Segundo relato da nutricionista e de um professor no presente estudo, o fato de alguns alunos

trazerem determinados alimentos escondidos de casa, como balinha e chocolate, dificulta a efetiva prática da EAN.

Ressalta-se que diante dessa situação, uma medida adotada pela nutricionista do PNAE no município de Anicuns foi a implantação de uma portaria única na legislação educacional do município, a qual proíbe a venda de lanches na dependências das escolas municipais, além da proibição de determinados alimentos trazidos de casa. No entanto, a nutricionista afirmou mesmo assim, não existe um total controle destas proibições, contudo houve uma importante redução da presença de alimentos inadequados que eram consumidos pelos alunos.

Atualmente no Brasil, o projeto de Lei 3606/2015, o qual modifica as leis 9.394 de 1996; 11.947 de 2009; e 11.346 de 2006; aponta em seu artigo 5º que “os estabelecimentos situados em escolas de educação básica, públicas ou privadas, ficam proibidos de comercializar bebidas e alimentos não adequados à nutrição da criança e do adolescente, na forma do regulamento.”

Com base na análise da legislação nacional, nota-se, portanto, que a criação desta portaria única na legislação educacional do município Anicuns apresenta um diferencial por proibir que determinados alimentos, como balinha e chocolate, sejam trazidos de casa pelo aluno. Este fato evidencia a imprescindibilidade do papel do nutricionista no âmbito escolar.

Abrangendo ainda a atuação do nutricionista na execução da EAN, outros relatos importantes observados neste estudo foram das duas merendeiras da escola as quais afirmaram que suas práticas de promoção da alimentação saudável na escola em que trabalham se baseiam, principalmente, no preparo de cardápios semanais e mensais elaborados a partir das orientações recebidas por nutricionistas, com inclusão de verduras, legumes e frutas, além de preparos diferenciados de saladas, por exemplo; além disso, anualmente elas recebem cursos de capacitação por nutricionistas relativos à higienização alimentar e manipulação dos alimentos, o que denota uma boa relação profissional entre as merendeiras e nutricionistas.

Um estudo realizado em 41 escolas municipais de João Pessoa, PB, demonstrou uma ausência de capacitações contínuas entre as merendeiras e dificuldades das escolas em incorporarem hábitos alimentares saudáveis, salientado a importância das merendeiras enquanto promotoras da EAN (CARVALHO et al., 2008). Outro estudo conduzido entre merendeiras de escolas públicas de Salvador,

BA, ressaltou que as capacitações realizadas pelos nutricionistas do PNAE foram centralizadas na higienização e microbiologia de alimentos (LEITE et al., 2011).

Uma pesquisa recente realizada em 17 escolas públicas do município de Viçosa, MG, apontou, contudo, que mediante as diretrizes do PNAE, foram detectadas inadequações quanto à falta de capacitação das merendeiras e da adequação nutricional dos cardápios ofertadas, além da ausência de atividades de promoção da EAN nas escolas (ROCHA et al., 2018).

No presente estudo, a nutricionista entrevistada relatou que sua atuação junto às merendeiras e auxiliares de cozinha, favoreceu o incentivo aluno a comer, gerando importantes melhoras no hábito alimentar. Desta forma, fica evidente a importância da atuação entre nutricionistas e merendeiras para execução da EAN.

Para Cervato-Mancuso et al. (2013) além de professores, é imprescindível que outros profissionais se envolvam do ambiente escolar, sobre o modo de alimentação do aluno. Segundo as diretrizes do PNAE, as capacitações em saúde e EAN devem abranger além das merendeiras, os professores, demais profissionais da escola, pais e comunidade local (BRASIL, 2008).

Neste estudo, foi observado pelos relatos da nutricionista que as capacitações em EAN que ela oferece, abrangem merendeiras, auxiliares de cozinha e funcionárias de serviços gerais, no início de cada ano letivo. Além disso, ela explica determinados conteúdos de nutrição aos alunos em aulas conjuntas com os professores.

7 – CONCLUSÃO

Mediante os objetivos propostos neste estudo, concluiu-se que as práticas de EAN na escola investigada não se apresentam totalmente adequadas, levando em consideração que, para que esta ocorra em sua totalidade, a EAN deve ser uma prática contínua e permanente, conforme a legislação orienta. Deste modo foi detectado a falha neste processo contínuo dado às dificuldades encontradas para a continuidade da educação alimentar e nutricional nos lares, como observado em algumas das falas, que os pais muitas vezes não dão sequência às práticas alimentares saudáveis, desestimulando assim que os alunos tenham maior compreensão e ações sobre o tema. No entanto, a compreensão de professores, merendeiras, diretora e nutricionista sobre a EAN foi considerada favorável uma vez

que, todos demonstraram um conhecimento prévio sobre o assunto. A nutricionista acrescentou ainda que sua ótica sobre esse assunto vai além de uma questão de saúde, como o estado nutricional, abrangendo a observação de como o alimento ofertado ao aluno influencia nos resultados educacionais.

As metodologias detectadas para promoção da EAN na escola foram variadas, incluindo desde palestras sobre alimentação até a execução dos projetos de horta e pequeno empreendedor. Além disso, a nutricionista afirmou que durante sua atuação no PNAE, ela conseguiu a implantação de uma portaria específica na legislação municipal da escola a qual proíbe que os alunos tragam determinados alimentos de casa (balinhas e chocolate, por exemplo).

Contudo, os relatos dos profissionais entrevistados evidenciam que apesar dos esforços adotados para execução da EAN, existe uma falta de controle sobre todos os alimentos que os alunos trazem de casa e esta situação também está relacionada ao comportamento dos pais. Desse modo, é imprescindível que os pais ou responsáveis pelos alunos possuam um entendimento abrangente sobre a EAN como fator promotor da saúde, onde os mesmos possam oferecer aos filhos opções saudáveis de lanches trazidos de casa.

A avaliação geral deste estudo permitiu ainda concluir que o trabalho em conjunto de todos os profissionais do ambiente escolar apresenta um papel significativo para a promoção da EAN.

8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas de EAN, especialmente quando executadas em conjunto com outros profissionais, são de fundamental importância para o alcance dos objetivos propostos pelo PNAE, onde além das necessidades nutricionais do aluno serem atendidas, há uma promoção de hábitos alimentares saudáveis.

Os achados desta pesquisa sugerem nas instituições públicas, que para a ocorrência da execução fidedigna das práticas de EAN, são necessárias medidas de trabalho em equipe (nutricionistas, professores, merendeiras, faxineiras, etc.). Além disso, é imprescindível que as práticas de EAN sejam mais bem trabalhadas com os pais e/ou responsáveis pelo aluno a fim de que haja extensão da promoção da saúde no ambiente familiar.

Durante o processo de pesquisa nos deparamos com algumas limitações, não sendo possível um melhor aprofundamento a respeito do tema durante as entrevistas, alguns dos entrevistados, por sua vez, se mostraram mais inteirados sobre o tema e dispostos na melhor execução dentro da realidade em que vivem no ambiente escolar, enquanto outros, apesar de cientes da não execução plena de práticas de EAN, se mostraram de certa forma confortáveis com o que já é promovido, não demonstrando maior interesse em melhorias. Sendo observado também durante o estudo que outros, mesmo não tendo uma visão tão correta sobre a EAN, afirmava que sua limitação era o horário e sua maior preocupação seria atender à demanda por exemplo das refeições apenas, não se sentindo assim, um educador nutricional no ambiente escolar. Outra restrição ao longo da pesquisa foi a pouca disponibilidade de tempo tanto durante as entrevistas como durante a análise das transcrições feitas, não oportunizando talvez uma visão mais aprofundada para melhor observação dos resultados, sendo estes, feitos da melhor maneira possível, visando que o estudo tanto nos proporcionasse uma boa interpretação sobre a EAN no município, como ser útil para auxiliar futuros estudos no local e em outros lugares.

Deste modo, compreende-se que são necessárias mudanças tanto sobre o modo em que os pais e responsáveis sentem e pensam a respeito da alimentação, como dos próprios colaboradores inseridos no ambiente escolar. Portanto, é fundamental a adoção de medidas de EAN que promovam reflexões, permitindo que os pais e colaboradores reconheçam e tenham uma alimentação saudável, e que isso contribua em sua própria saúde e de seus filhos, como também estimular que estes venham a transpassar os obstáculos que dificultem sua adequação à hábitos alimentares saudáveis.

9 – REFERÊNCIAS

- AMARO, L.E.M. **Tem repetição, professora?...: Um estudo sobre a prática da merenda escolar e seus significados**. 2002. 89f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- ASSAO, T.Y.; CERVATO-MANCUSO, A.M. Alimentação saudável: percepções dos educadores de instituições infantis. **Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano**, v. 18, n. 2, p. 126-134, 2008.
- BENTO, I.C.; ESTEVES, J.M. de M.; FRANCA, T. E. Alimentação saudável e dificuldades para torná-la uma realidade: percepções de pais/responsáveis por pré-escolares de uma creche em Belo Horizonte/MG, Brasil. **Ciência e saúde coletiva**, v. 20, n. 8, p. 2389-2400, 2015.
- BERTIN, L.R.; MALKOWSKI, J.; ZUTTER, L.C.I.; ULBRICH, A.Z. Estado nutricional, hábitos alimentares e conhecimentos de nutrição em escolares. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 28, n. 3, p. 303-308, 2010.
- BISSOLI, Marcos Coelho; LANZILLOTTI, Haydeé Serrão. **Educação Nutricional como forma de intervenção: avaliação de uma proposta para pré-escolares**, 1997.
- BOOG, M.C.F. Educação nutricional: passado, presente e futuro. **Revista de Nutrição**, v. 10, n. 1, p. 5-19, 1997.
- BRASIL. Conselho Federal de Nutricionistas. Resolução/ CFN nº 358 de 18 de maio de 2005. Dispõe sobre as atribuições do Nutricionista no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências. Diário Oficial da União 2005; 28 dez.
- BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). **Princípios e diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: Positiva, 2004. 80 p.
- BRASIL. **II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: A construção da Política Nacional de Segurança Alimentar**. Relatório final. 2012. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br>>. Acesso em Nov. 2017.
- BRASIL. Lei nº 13.666, de 16 de maio de 2018. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Módulo Pnae**. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Secretaria de Educação a Distância – 2.ed., atual. – Brasília : MEC, FNDE, SEED, 2008. 112 p.: il. color. – (Formação pela escola.)
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Manual para aplicação dos testes de aceitabilidade no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. 2º Edição. Brasília, DF, 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira. 2º Edição. Brasília, DF, 2014.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política nacional de alimentação e nutrição**. Brasília: Ministério da Saúde; 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Segurança Alimentar e Nutricional e Alimentação Saudável**. Brasília; 2007. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br>>. Acesso em Nov. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas**. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. **Programa Fome Zero**. Principais ações implementadas pelo Programa Fome Zero. São Paulo; 2006.

BRASIL. Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Diário Oficial da União 2009; 17 jul.

CÂMARA, R.H. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 6, n. 2, p. 179-191, 2013.

CARVALHO, A.T de.; MUNIZ, V.M.; GOMES, J.F.; SAMICO, I. Programa de alimentação escolar no município de João Pessoa – PB, Brasil: as merendeiras em foco. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 12, n. 27, p. 823-834, 2008.

CERVATO-MANCUSO, A.M.; WESTPHAL, M.F.; ARAKI, E.L.; BOGUS, C.M. O papel da alimentação escolar na formação dos hábitos alimentares. **Revista paulista de pediatria**, v.31, n.3, p.324-330, 2013.

CERVO, A. L. BERVIAN, P.A. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

COELHO, D.E.P.; BOGUS, C.M. Vivências de plantar e comer: a horta escolar como prática educativa, sob a perspectiva dos educadores. **Saúde e sociedade**, v. 25, n. 3, p. 761-770, 2016.

DUTRA, Eliane Said. **Alimentação saudável e sustentável**. Módulo 11. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

FONSECA, J.J.S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GABRIEL, C.G.; CALVO, M.C.M.; VASCONCELOS, A.G.; LACERDA, J.T.; FREITAS, F.T.; SCHMITZ, B.A.S. Avaliação da gestão municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar nos maiores municípios de Santa Catarina, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 30, n. 9, p. 2017-2023, 2014.

GABRIEL, C.G.; GOULART, G.; CALVO, M.C. Gestão municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar nas capitais da região Sul do Brasil. **Revista de Nutrição**, v. 28, n. 6, p. 667-680, 2015.

GENTIL, D.F.O.; SOUZA, R.A.G. **Horta Escolar: um espaço didático-pedagógico**. In: Congresso Brasileiro de Olericultura. In: Anais 51º Congresso Brasileiro de Olericultura, Viçosa: ABH. 438-444, julho 2011.

INÁCIO-FILHO, Geraldo. **A monografia na universidade**. Campinas/SP: Papyrus, 2005.

LEITE, C.L.; CARDOSO, R.C.V.; GÓES, J.A.W.; FIGUEIREDO, K.V.N. de A.; SILVA, E.O.; BEZERRIL, M.M.; VIDAL JÚNIOR, P.O.; SANTANA, A.A.C. Formação para merendeiras: uma proposta metodológica aplicada em escolas estaduais atendidas pelo programa nacional de alimentação escolar, em Salvador, Bahia. **Revista de Nutrição**, v. 24, n. 2, p. 275-285, 2011.

LIMA, E.S. **Mal de fome e não de raça**: gênese, constituição e ação política da educação alimentar, 1934-1946. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

LIMA, Laudirege Fernandes. Merenda Escolar: **Direito à alimentação e fruição do direito à educação**. Maceió: EDUFAL, 2009.

MACHADO, P.M.O.; MACHADO, M.S.; SCHMITZ, B.A.S.; CORSA, A.C.T.; GONZÁLEZ-CHICA, D.A.; VASCONCELOS, F.A.G. Caracterização do Programa Nacional de Alimentação Escolar no Estado de Santa Catarina. **Revista de Nutrição**, v. 26, n. 6, p. 715-725, 2013.

MAGALHÃES, A.M. **A horta como estratégia de educação alimentar em creche**. 2003. 120 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2007.

MONTEIRO, C.A.; MONDINI, L. SOUZA, A.L.M.; PORKINI, B.M. **Da desnutrição para a obesidade: a transição nutricional no Brasil**. In: MONTEIRO, C.A, (org). Velhos e novos males da saúde no Brasil: a evolução do país e de suas doenças. São Paulo: HUCITEC, 1995. P 247-255.

MOTA, C.H.; MASTROENI, S.S. de B.S.; MASTROENI, M.F. Consumo da refeição escolar na rede pública municipal de ensino. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 94, n. 236, p. 168-184, 2013.

OCHSENHOFER K.; QUINTELLA, L.C.M.; SILVA, E.C.; NASCIMENTO, A.P.B.; RUGA, G.M.N.A.; PHILIPPI, S.T.; SZARFARC, S.C. O papel da escola na formação da escolha alimentar: merenda escolar ou cantina? **Nutrire, São Paulo**, v.31, n.1, p. 1-16, abr. 2006.

OLIVEIRA, S.I.; OLIVEIRA, K.S.N. Perspectivas em educação alimentar e nutricional. **Psicologia USP**, v. 19, n. 4, p. 495-504, 2008.

PEDRAZA, D.F.; MELO, N.L.S. de; SILVA, F.A.; ARAUJO, E.M.M. Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar: revisão da literatura. **Ciência e saúde coletiva**, v. 23, n.5, p.1551-1560, 2018.

PEIXINHO, A.M.L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência e saúde coletiva**, v. 18, n. 4, p. 909-916, 2013.

PESSA, R.P. **Seleção de uma alimentação adequada**. In: DUTRA-DE-OLIVEIRA, J.E.; MARCHINI, J.S. Ciências nutricionais. São Paulo, Sarvier, 2008. p.21-51.

RAMOS, F. P.; SANTOS, L. A. da S.; REIS, A. B. C. Educação alimentar e nutricional em escolares: uma revisão de literatura. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 29, n. 11, p. 2147-2161, 2013.

RAMOS, P.F. SANTOS, S.A.L. REIS, C.B.A. **Educação alimentar e nutricional em escolares**: uma revisão de literatura. Cadernos de Saúde Pública, v. 29, n. 11, p. 2147-2161, 2013.

ROCHA, N.P.; FIGUEIRAS, M.S.; ALBUQUERQUE, F.M.; MILAGRES, L.C.; CASTRO, A.P.; SILVA, M.A.; et al. Análise do programa nacional de alimentação escolar no município de Viçosa, MG, Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 52, n. 16, 2018.

ROSSI, A.; MOREIRA, E.A.; RAUEN, M.S. Determinants of eating behavior: a review focusing on the family. **Revista de Nutrição**, v. 21, p. 739-48, 2008.

SALOMONS, E.; RECH, C.R.; LOCH, M.R. Estado nutricional de escolares de seis a dez anos de idade da rede municipal de Ensino de Arapoti, Paraná. **Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano**, v. 9, n. 3, p. 244-249, 2007.

SANTOS, L. A. S. O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 2, p. 453-462, 2012.

SOUZA, A.A de.; BEZERRA, O.M.P.A.; BONOMO, E.; SILVA, C.AM da. Atuação de nutricionistas responsáveis técnicos pela alimentação escolar de municípios de Minas Gerais e Espírito Santo. **Ciência e saúde coletiva**, v. 22, n. 2, p.593-606, 2017.

TRANCOSO, S.C.; CAVALLI, S.B.; PROENÇA, R.P.C. Café da manhã: caracterização, consumo e importância para a saúde. **Revista de Nutrição**, v. 23, n. 5, p. 859-869, 2010.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2007.

VALENTE F. Em busca de uma educação nutricional crítica. In: Valente F. **Fome e desnutrição**: determinantes sociais. São Paulo: Cortez; 1986.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2014.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em : < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/anicuns/panorama> > Acesso em Ago. 2018.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Nome da Instituição do Pesquisador: FUG – Faculdade União de Goyazes
Endereço da Instituição: Rodovia Go-060,3184 – Lagura Park, Trindade-Go, CEP75380-000
Fone: (62) 3505-9300/ (62) 98103-0334/ (62) 98507-8048 / (62) 99254-0916
Pesquisadores Responsáveis: Ana Carla Torquato Rodrigues, Cleunicy Oliveira Rios, Débora Layla Rodrigues da Silva.
Fone: (64) 99258 8960/ (62) 98558 7322/ (62) 99640 5772
E-mail: anacarlarodriguestorquato@hotmail.com / cleorios70@hotmail.com / deboralayla.dl@gmail.com

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa intitulada “Caracterização da Educação Alimentar em uma escola Pública do município de Anicuns-Go”. As pesquisadoras responsáveis pelo estudo são: Ana Carla Torquato Rodrigues, Cleunicy Oliveira Rios e Débora Layla Rodrigues da Silva. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se concordar em participar do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias de igual conteúdo, sendo que uma delas é sua e a outra pertence às pesquisadoras responsáveis. Esclareço que em caso de recusa na participação não haverá nenhuma forma de penalização sendo possível interromper a participação a qualquer momento. Participando, as dúvidas sobre a pesquisa poderão se esclarecidas pelas pesquisadoras, via e-mail, informado logo acima e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar através do contato telefônico mencionado acima, você também poderá fazer contato com a **Comissão de Ética em Pesquisa** da Faculdade União de Goyazes, pelo telefone (62) 3506-9300 ou pelo e-mail: cep@fug.edu.br. Os pesquisadores irão tratar de sua identidade com padrões profissionais de confidencialidade e sigilo. Os resultados da pesquisa estarão a sua disposição quando finalizada. Você não será identificado (a) em nenhum resultado ou publicação e seu nome ou material que indique sua participação não será liberado.

Informações Importantes sobre a pesquisa

“Nesta pesquisa, intitulada” Caracterização da Educação Alimentar em uma escola Pública do Município de Anicuns- GO, nosso objetivo é descrever e analisar a educação alimentar e nutricional no ambiente escolar. Para isso, será utilizada como ferramenta de coleta de dados, um questionário. O principal benefício esperado pela pesquisa é a justificativa para a implantação de projetos de Educação Alimentar Nutricional nas instituições de ensino, o que contribuí também para que as alunas consigam replicar para comunidade em geral no seu processo de profissionalização. Os dados serão analisados individualmente e coletivamente, sendo repassados apenas para o próprio acadêmico e o resultado global para instituição participante da pesquisa. É importante a leitura geral deste documento sobre os princípios que se aplicam aos participantes. Sua participação é voluntária, o preenchimento do questionário não será obrigatória e após o consentimento, o participante responderá ao questionário. Você possui liberdade para retirar o seu consentimento a qualquer momento, deixado apenas de participar do estudo sem qualquer tipo de prejuízo. Os

dados fornecidos, bem como a sua identidade não serão publicados, ou expostos por qualquer razão sem seu consentimento e serão mantidos em sigilo. Portando, os risco em sua participação são mínimos, podendo ser risco de constrangimento e desconforto emocionais (ansiedade angustia) em virtude do tema e da realização do teste, contudo o trabalho seguirá os princípios éticos observados na resolução nº466/2012, do (Conselho Nacional de Saúde) que rege as pesquisa que envolvem seres humanos no país. O participante terá a garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento de qualquer dúvida acerca dos procedimentos, risco, benefícios e outros assuntos referentes a pesquisa. Segurança de não ser identificados e que será mantido caráter confidencial das informações relacionadas á sua privacidade. Os resultados obtidos neste pesquisa serão utilizados somente para fins exclusivos de divulgação científicas da pesquisa. É garantido a direito de indenização em casos de danos identificados e comprovados, decorrentes da sua participação na pesquisa. Não será efetuado nenhum tipo de remuneração durante ou após a aplicação do teste e, se porventura, existirem gastos adicionais relacionados á investigação, este serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa. Não serão realizados registros fotográficos, sonoros e/ou audiovisuais durante a aplicação do questionário.

Consentimento de Participação

Eu, _____,
CPF nº _____, abaixo assinado, concordo em participar voluntariamente do estudo intitulado. “Caracterização da Educação Alimentar em uma escola Pública do Município de Anicuns-GO”. Informo ter mais de 18 anos de idade, e destaco que minha participação neste pesquisa é de caráter voluntário. Declaro ter sido devidamente informado e esclarecido pelos pesquisadores sobre os objetivos da pesquisa, Descrever e analisar a educação alimentar e nutricional no ambiente escolar. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a minha a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito
Trindade, ____ de _____ de 2018.

Assinatura por extenso do (a) participante

Assinaturas por extenso do (a) pesquisador (a) responsável

APÊNDICE

QUESTIONÁRIOS UTILIZADOS DURANTE AS ENTREVISTAS

Questionário gestor (coordenação/ direção)

- O que você entende por Educação Alimentar e Nutricional?
- A escola desenvolve alguma ação pedagógica que esteja relacionado à educação alimentar e nutricional? Qual?
- Quais atividades pedagógicas são favoráveis para o desenvolvimento do tema Alimentação Saudável na escola.
- Como você avalia a Educação alimentar nutricional na sua escola?

Questionário professor

- O que você entende por Educação Alimentar e Nutricional?
- Quais são as práticas de educação alimentar nutricional exercidas?
- Há algum conteúdo/ disciplina trabalhado (a) em sala de aula relacionados à educação alimentar nutricional?
- Como os conteúdos relacionados ao tema são abordados em sala de aula?
- Como você avalia a Educação alimentar nutricional na sua escola?

Questionário merendeira

- O que você entende por Educação Alimentar e Nutricional?
- Defina segundo o seu ponto de vista Segurança Alimentar e Nutricional:
- Qual a importância das Boas Práticas de Manipulação para garantir a segurança e qualidade nutricional durante a manipulação?
- Na escola existem ações de informação sobre a Educação Alimentar e Nutricional voltadas à sua área de atuação?
- Você tem conseguido promover a alimentação saudável no ambiente escolar?

Questionário nutricionista

- Qual o papel da nutricionista na Educação Alimentar e Nutricional no âmbito de atuação escolar?
- Na escola são trabalhados projetos de Educação Alimentar e Nutricional supervisionados por você enquanto profissional capacitado (a)?
- Você como nutricionista, tem trabalhado em parceria com os professores e merendeiras sobre a importância da educação alimentar e nutricional na escola?
- A alimentação escolar tem sido programada através de cardápio semanal/ ou mensal, e tem atendido às necessidades nutricionais no ambiente escolar?